

O futuro da Agência Espacial Brasileira

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

O Brasil está prestes a criar sua Agência Espacial. Talvez essa Nasa verde-amarela traga alento ao projeto aeroespacial nacional que começou bem e estava acabando mal. A importância do mercado espacial pode ser resumida em números: 200 satélites comerciais serão lançados até o ano 2003, mais de US\$ 15 bilhões em contratos. Diante da internacionalização das economias mundiais, o programa espacial brasileiro até agora só perde tempo e ganha atrasos.



Nesse digladiar de titãs por contratos, o foguete europeu Ariane tem 46,5% do mercado atual. Quatro foguetes norte-americanos têm juntos 48% do mercado e a China 5,5%. Os japoneses, com seu novo foguete H2, dificilmente entrarão na competição antes de 1996. A Rússia, caso vença sua crise interna, pode vir a postular uma fatia desse bolo com seus foguetes Proton, Soyuz e Zenith. Sem esquecer Israel e Índia, que também têm foguetes lançadores.

Hoje, a média de lançamentos de satélites comerciais e governamentais é de 20 a 22 por ano. Como a performance e a durabilidade dos satélites aumentam, essa média deverá cair para 12 a 13 por volta de 1998 para os satélites comerciais. Mas novos campos deverão ser abertos (pequenos satélites de órbita baixa, novos satélites retransmissores para a televisão de alta resolução, etc.).

A aprovação e a construção de um satélite constituem um processo longo. Trata-se de famílias de satélites, como as naves Apolo 1, 2, 3... Isso permite bom conhecimento, com antecedência, dos satélites disponíveis no médio prazo. Só o foguete Atlas, da firma californiana General Dynamics, tem definidos 24 satélites que serão lançados até 1998. Entre eles os meteorológicos da família Goes, nossos conhecidos da previsão do tempo nos jornais e na TV, importantes para a agricultura, segurança dos vôos, da navegação, etc.

No programa espacial da China consta o lançamento, pelo novo foguete Longa Marcha 2E, do satélite de telecomunicações australiano Ausat 2A. Trata-se da maior carga útil estrangeira operada pela China, que há pouco colocou em órbita um pequeno satélite paquistanês, o Badr-A. A seguir estão na lista um satélite sueco e um pequeno satélite de telecomunicações, o Afristar. A Intelsat acertou com a China o lançamento de um satélite de telecomunicações intercontinentais.

Diante desse turbilhão de trocas econômicas e desenvolvimento industrial, cabe lembrar: os Estados criaram e sustentam suas indústrias aeroespaciais com o financiamento de pesquisas, pedidos, serviços, créditos e até subsídios. Já no Brasil, o ambicioso projeto aeroespacial dos anos 70 foi minguando até a triste situação dos anos 90. O sempre postergado lançamento de nosso primeiro satélite nacional reflete a um tempo as mudanças de prioridades na política científica e tecnológica e a crise geral que vitima o País. E, no entanto, o País do-

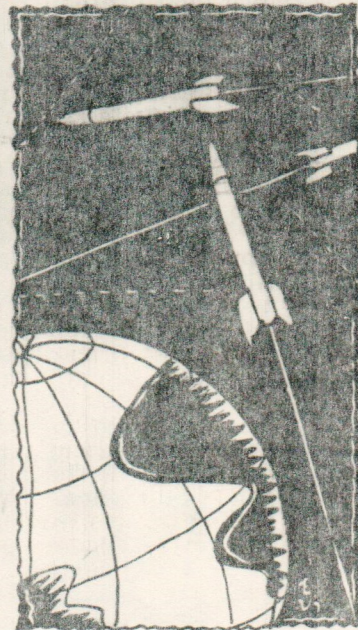
mina, como ninguém no Terceiro Mundo, as aplicações dos satélites de recursos naturais.

O monitoramento de queimadas e desmatamentos, desenvolvido pelos pesquisadores brasileiros, é exemplar em nível mundial, tanto pelo conteúdo como pelo desempenho e dimensão. Há três anos temos a medida exata do desmatamento da Amazônia brasileira. Em breve serão anunciados os novos números do desmatamento, que este ano abrangerá todos os países da Bacia Amazônica. Por essa competência, o Brasil foi convidado para integrar um programa internacional para avaliar os desmatamentos de toda a floresta tropical.

Talvez a única coisa concreta para apresentar na Rio-92 serão os resultados obtidos so-

bre o estado de nossos recursos naturais, graças às aplicações dos satélites espaciais. Foram esses resultados que levaram o Bird e o Worldwatch Institute a revisar seus números sobre o desmatamento da Amazônia, embora no Brasil ainda existam políticos, ecologistas e jornais insistindo nas antigas estimativas.

Mas as políticas internas e o medo externo de aplicações militares do programa espacial dificultaram o acesso do País a tecnologias essenciais para nosso desmatamento. Com o fim da guerra fria e as mudanças introduzidas pela Guerra do Golfo na questão da capacidade bélica dos países o Brasil caminha para um programa espacial sob controle claramente civil, a exemplo do que já foi feito na Argentina. O projeto de criação da Agência Espacial Brasileira unificando numa rede ampla de sistemas e instituições que em parte integravam a antiga Missão Espacial Completa Brasileira, foi concluído e está com o presidente Fernando Collor. Com ele ressurgiu a esperança de uma política aeroespacial autônoma e consequente com a dimensão e os problemas de monitoramento territorial do Brasil. Isso nos dá chance de voltar a figurar no cenário aeroespacial mundial como participantes, junto ao Paquistão e a Índia, não somente como meros compradores de satélites e serviços. Mas, mesmo com a Agência Espacial Brasileira isso é coisa para depois de 2003.



■ Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia, é presidente da Ecoforça professor da USP e pesquisador da Embrapa.